

**1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 152.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 16 de setembro de 1971 — (Quinta-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo

A hora regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Fuad Nacli e Xenofonte Villanueva. (47)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte:

**EXPEDIENTE:**

**OFÍCIOS:**

Sob o n. 100-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver em data de 9 do mês próximo passado, Sancionado o Projeto de Lei n.º 85171:

Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 16-71, que dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos Funcionários do Fisco — Aproveitadores do DRI, da Secretaria da Fazenda, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.212. — Agradeça-se.

**TELEGRAMAS:**

Do Senhor Rodrigo Ajace Moreira Barbosa, Secretário Geral do Ministério dos Transportes, no seguinte teor:

NR862-SG 71-30-6-71 reivindicação. Deputado Nelson Buffara trata Ofício NRSN 165-71 de 5 Abril último essa Assembléia Legislativa vg. cumpre-me informar vossência DNPVN examina possibilidade retorno draga Abraspa Rio Janeiro fechaspá pósto Paranaguá continuidade serviços dragagem para — 10 metros dos canais acesso Norte et Sueste vg vez que esta profundidade não foi ainda alcançada em toda largura canal vg segundo projeto obras financiadas Banco InterAmericano Desenvolvimento no referido Porto

pt CDS SDS. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Do Senhor Rodrigo Ajace Moreira Barbosa, Secretário Geral do Ministério dos Transportes, com o seguinte teor:

NR839-SG-71 pt Propósito Of. SA\_565-71 pe 3.6-71 vg informo vossência assunto encaminhado audiência preliminar DNER pt CDS SDS. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Rodrigo Ajace Moreira Barbosa, Secretário Geral do Ministério dos Transportes, no seguinte teor:

NR850.SG-29\_6-71, pt Propósito Of. SA 560-3-6-71 versando sobre cabrea guindaste flutuante Porto Paranaguá vg vossência assunto encaminhado estudo DNPVN CDS SDS. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Rodrigo Ajace Moreira Barbosa, Secretário Geral do Ministério dos Transportes, no seguinte teor:

NR 785 SG — 71 de 16-6-71 pt Propósito Ofício SA 512\_71 de 25-5-71 vg informo vossência assunto encaminhado Estado de DNER pt CDS SDS. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Mario Gibson Barbosa, Ministro de Relações Exteriores nos seguintes dizeres:

NR — 4738 — Muito me sensibilizou apoio Assembléia Legislativa presidida vossa senhoria AA política definida Presidente Médice fixação mar territorial de 200 milhas rogo transmitir meu agradecimento aos senhores Deputados vg especialmente senhor Nivaldo Krüger Cordiais Saudações. — Ao conhecimento do sr. Presidente e senhores Deputados.

#### REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos um voto de profundo pesar pelo falecimento, em Maringá, do sr. Olavo Batista Guimarães, Coletor Estadual ali.

Com mais de 30 anos de bons serviços ao Estado, o atuante e probo funcionário soube grangear, com inteira justiça, a admiração e amizade do povo daquela próspera região. tendo o infausto acontecimento a todos atingido duramente. Sua capacidade funcional, aliada a um espírito compreensivo e sempre devotado à conciliação de interesses do Estado e daqueles diretamente em contacto com sua Repartição, faziam-no uma força de trabalho construtor e exemplar.

Nessa conformidade o requerente pede que a Casa dê ciência à família enlutada desta sua decisão.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1971.

(a) Wilson Brandão

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, solicita, após ouvido o Plenário, o envio ao Exmo. Sr. Dr. Wilson Ribeiro, Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, de um ofício nos seguintes termos:

Senhor Diretor:

Formulo o presente com o fim especial de solicitar a V.S. as providências cabíveis, no sentido de ser recapeado o trecho da estrada de Londrina-Jataizinho e bem assim a conservação de seu acostamento.

Tais serviços tornaram-se necessários, eis que, em consequência do estado atual do leito asfáltico, que se encontra esburacado e com imperfeições, já ocorreram diversos acidentes, importando ainda em prejuízos aqueles que da mesma fazem uso.

Acompanhando com o mais vivo interesse o alto critério que preside os atos de V.S. à frente deste conceituado órgão, em consonância, aliás, com as diretrizes traçadas pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Haroldo

Leon Peres, no setor viário, estou certo de que V.S. dispensará sua habitual atenção ao atendimento de tão justo pedido.

Na oportunidade, com os melhores agradecimentos, afirmação de minha estima e distinguida consideração pessoal.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1971.

(a) Xenofonte Villanueva.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, solicita, após ouvido o Plenário o envio ao Exmo. Sr. Dr. Wilson Ribeiro, Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, de um ofício nos seguintes termos:

Senhor Diretor:

No afã de corresponder a um pedido que me foi endereçado pela presidência da Associação dos Municípios do Vale dos Bandeirantes, solicito a V.S., seus bons ofícios, no sentido de ser incluída no Plano Rodoviário do Estado, a ligação asfáltica Jaguapitã-Colorado passando por Guaraci e Nossa Senhora das Graças e permitindo seu entroncamento com a estrada que lida Colorado a Santo Inácio.

Certo de que dispensará sua habitual atenção ao assunto, inclusive quanto à importância de que o mesmo se reveste, aproveito o ensejo para reiterar a V.S. os protestos da mais elevada estima e distinguida consideração.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1971.

(a) Xenofonte Villanueva.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Aquêle Gesto Liberatório dos Paranaguenses", publicado no jornal Diário do Paraná, de 16 de setembro de 1971.

Outrossim, que se dê conhecimento ao autor, Doutor Walfrido Piloto ao Interventor Federal de Paranaguá, e ao Presidente da Câmara dos Vereadores de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1971.

(a) Nelson Buffara.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apêlo ao Exmo. Sr. Governador do Estado no sentido de aceitar as ponderações do Reverendíssimo Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, a respeito de Convênios entre a Secretaria de Educação e Cultura e as Escolas Católicas que vivem às expensas de alunos e Igrejas.

Outrossim, juntamos a este requerimento o jornal "A Voz do Paraná", datado de 12 a 18 de setembro do corrente ano, no qual Sua Reverendíssima trata do problema com muita autoridade.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1971.

(a) Domício Scaramella.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais: **CONSIDERANDO:**

Que o primeiro dever do Governo é proporcionar condições ao contribuinte, de cumprir com facilidade as obrigações que lhes se impõe;

Que o Detran é um dos principais órgãos do Governo; quer pela importância do trânsito, quer pela arrecadação vultosa que aufera, com aproximadamente Cr\$ 200.000,00 mensais;

Que um órgão desta importância deve receber os meios indispensáveis a fim de que seus serviços se desenvolvam dinamicamente;

Que as condições atuais são subprecárias e desumanas em relação ao seu pessoal que, devido à total carência de meios, os sujeita a um regime de trabalho avassalador;

Que o contribuinte, apesar da boa vontade do escasso corpo funcional disponível, fica sujeito a longas esperas, e não se sente correspondido no direito que lhes cabe;

Que as aglomerações constantes vão criando um clima de tensão entre público e funcionários, o que vem prejudicar a ambos;

Que em virtude destas deficiências se desenvolvem ações parasitárias de intermediários que exploram o contribuinte, que prefere pagar mais para não sofrer o desgosto de longas esperas;

Que os funcionários sobrecarregados no expediente, levam serviço para casa e que, nas repartições do Detran no Interior, processos são atrasados, sob alegação da falta de material;

Que tudo isto exposto, emperra ainda mais a máquina burocrática;

Requer, após ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar os fatos aqui expostos junto ao Departamento Estadual de Trânsito e encontrar solução plausível pela forma que o DETRAN possa cumprir com eficiência a sua missão.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 195-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de São Pedro do Paraná, Uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar no próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1971.

(a) — Wilson Fortes

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de São Pedro do Paraná é um dos Municípios mais progressistas de nosso Estado, concentrando uma vasta população estudantil.

Estiaremos na oportunidade que a não criação da referida Escola implicaria no deslocamento de inúmeros alunos para outros Municípios a fim de concluírem seus estudos, ocasionando desta forma sérios contratempos à população estudantil daquela Comuna, e mais obrigaria a grande maioria a desistir dos estudos.

Pois como bem sabemos, a principal meta do atual Governo Federal e Estadual é a Educação; razão pela qual solicitamos o integral apoio dos nobres Pares ao Projeto de Lei em apreço.

O SR. PRESIDENTE — Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra, para o Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Inegavelmente uma das maiores realizações do Governo Federal prende-se ao setor de Habitação; a Habitação feita hoje pelo Banco Nacional; ela se infiltra por todo o Estado, por todos os Estados deste Brasil e se difere, na sua forma e na sua modalidade, para melhor servir ao povo brasileiro.

O Governo Federal houve por bem criar o sistema cooperativista a fim de que os elementos integrantes de uma cooperativa de habitação popular pudessem ter, em melhores condições, a sua casa própria e para que realmente as cooperativas pudessem funcionar. Criou-se também, por Decreto

Federal, um órgão orientador, que se denomina "Instituto de Orientação às Cooperativas aqui no Paraná tem se desenvolvido de maneira brilhante.

Hoje nós tivemos a feliz oportunidade de visitar, por todos os bairros de Curitiba, as casas construídas pelas Cooperativas Habitacionais, sob a orientação do Instituto de Orientação das Cooperativas Habitacionais e confesso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que ficamos grandemente satisfeitos e orgulhosos da nossa posição de brasileiros principalmente nós que, como Prefeito Municipal da cidade de Cornélio Procopio, tivemos a grande oportunidade, a honra e a felicidade de construir um dos primeiros conjuntos habitacionais do Paraná, sob a orientação exclusiva do município de Cornélio Procopio e hoje lá vivem mais de 200 famílias, em um conjunto que tem todo o conforto, água, luz e esgoto, meio-fio e iluminação a vapor de mercúrio. É por esse motivo que viemos hoje a esta Tribuna, satisfeitos com o que ocorre no Paraná, e endereçamos à Mesa um requerimento de solidariedade ao Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de Curitiba, que tem o seguinte teor:

(Lendo):

#### "REQUERIMENTO

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O Deputado que este subscreve e de acordo com as normas regimentais requer, após ouvido o Plenário, que se consigne na Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações pelo magnífico trabalho que vem sendo executado, ao Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Estado do Paraná — INOCOP. Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento à sua dinâmica diretoria.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1971.

(a) — Rosário Pitelli

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais INOCOP — no Estado do Paraná teve sua primeira diretoria formada em janeiro de 1968, de acordo com o Decreto nº 58.377-66, tendo então iniciado seus trabalhos de instalação e funcionamento. Já em março de 1971, uma nova diretoria foi eleita, formada pelos Engenheiros: Honório Petersen Hungria — Diretor Superintendente, João Ricardo Lustosa Rego — Diretor Técnico, Odebal Bond Carneiro — Diretor Administrativo.

A nova diretoria, compreendendo o alto alcance social que representa a entidade, conseguiu, através de esforço e dedicação, impulsionar o programa habitacional Paranaense, entregando em curto espaço de tempo, através das Cooperativas, vários conjuntos residenciais tais como:

Conjunto Residencial Frei Orlando, no bairro do Cajuru, com 96 apartamentos de ótimo acabamento e dentro das normas traçadas pelo Banco Nacional de Habitação. 168 Casas de acabamento primoroso no bairro do Tarumã.

Em fase adiantada de construção 473 casas residenciais no bairro do Guabirota e mais 620 apartamentos distribuídos entre os conjuntos residenciais: Planalto, Concórdia e Habitacional do Portão, na Avenida Kennedy e Irupuan no bairro do Portão.

Existindo também já completa planificação para os bairros das Mercês, Capanema e Avenida Paraná.

Hoje a INOCOOP, através da gestão dinâmica do Doutor Honório Hungria, se alastra por todo o Interior com uma pujança extraordinária, fundando-se com grande índice de atividade as Cooperativas de Maringá, Londrina, Cornélio Procopio, Campo do Mourão, Foz do Iguaçu, que juntando com as de Toledo, União da Vitória, Guarapuava, Telêmaco Borba, trazem um grande alento aos Cooperativados do Paraná, que recebem a Casa própria de excelente padrão técnico, inteiramente financiada pelo Banco Nacional de Habitação com juros e prazos especiais como incrementação ao movimento Cooperativista Brasileiro.

Em fase destes dados concretos e objetivos, que entusiasma qualquer cidadão que deseje o bem estar e a tranquilidade da Família Brasileira, quando sentindo e vendo com os próprios olhos que se faz cumprir com extraordinário zelo, o programa habitacional do Governo Federal, é que propomos a esta Casa o requerimento em apêço, esperando que ele merecerá a melhor acolhida dos ilustres Senhores Deputados”.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Tomei conhecimento de que houve estudo e se pretendia a extinção do Departamento de Águas e Energia Elétrica, tão bem dirigido pelo Dr. Celso Fabrício de Mello, visto que suas finalidades já não justificavam a existência, principalmente na parte de eletrificação por existir a COPEL.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a COPEL é uma empresa que orgulha o nosso Estado, mas na qualidade de empresa, executa serviços que possam apresentar lucro direto e até imediato, ficando de lado as pequenas localidades, o trabalhador rural, o problema social e, dentro dessas diretrizes de atendimento, aqueles que são o sustentáculo da Nação, que apresentam lucro indireto, no caso a propriedade rural, é que o DAEE, com seus poucos recursos, vem prestando relevante contribuição rural em várias localidades. Na minha região mesmo recebi assistência direta do Departamento de Águas e Energia Elétrica, como seja a linha para captação de água em Marumbi, eletrificação do Distrito de Jussara no Município de Kaloré, eletrificação de várias localidades no Município de S. João do Ivaí, entre eles o Distrito de Lunardelli; no norte pioneiro em vários Municípios, cujas localidades poderiam estar a espera até que se provasse rentabilidade. Aproveito para agradecer o atendimento prestado aos Municípios de Marumbi, Kaloré e S. João do Ivaí.

O DAEE não pode ser extinto. O que se precisa, é dar melhores condições para expansão no seu campo de ação e, para isso, eu peço aos nobres Pares apoio ao Projeto de Lei que vou apresentar, oriundo do Fundo Estadual de Eletrificação Rural.

Tivemos oportunidade de assistir, não faz muitos anos, o trabalhador rural que vinha de todas as partes do País para desbravar as matas e explorar as terras férteis do norte do Paraná; assim se procedeu também em outras regiões de nosso Estado; reinava alegria e esperanças de verem suas lavou-  
ras cafeeiras formadas e produzindo; muitos deles infelizes pelos contratempos e as geadas, deixaram a terra; outros obtiveram êxito e formaram suas propriedades e, por amor a terra não a querem abandonar, mas seus filhos já não se animam a permanecer na Zona Rural, pois as terras já não são férteis como antes, já exigem novas técnicas e, se não dermos condições, eles virão para a cidade e abandonarão o campo, aumentando quem sabe o problema social.

Para promover o desenvolvimento do País é preciso que se dê condições à interiorização da população brasileira, reduzindo as distâncias e as discrepâncias reinantes entre as cidades e os campos, incorporando parcelas de nosso povo à economia monetizada, evitando o crescimento urbano desregular e o êxodo rural.

A estratégia da interiorização tem ainda o condão de modernizar a estrutura agrária mediante novas técnicas agrícolas, para aumentar e dinamizar a produtividade.

Para que esta operação dê resultados positivos, é necessário a introdução, na área rural, dos benefícios da eletrificação rural. Já existe no Brasil um plano Nacional elaborado em 1965, no qual foram aplicados cerca de 30 milhões de cruzeiros, para atendimento a mais de 250 Municípios brasileiros e

beneficiando aproximadamente 7.000 propriedades agrícolas em 19 Estados da Federação. Prevê o plano estender os favores da Energia Elétrica a 35 mil propriedades rurais em mais de 500 Municípios.

O eminente Presidente Médici criou, em agosto de 1970, o Fundo de Eletrificação Rural, parte de seu programa de ação e atendimento e valorização ao homem do campo.

Não é só no campo econômico que se pode registrar as vantagens da chegada da eletrificação a Zona Rural, com a introdução de novas técnicas e o consequente crescimento da produção agrícola e pastoril; sua implantação beneficia sobremaneira ao homem, reduzindo seu desgaste biológico, proporcionando-lhe novos hábitos higiênicos e, com o rádio e a televisão, o rural se aproxima mais de perto dos eventos que ocorrem nos quadrantes do mundo, a par da instrução que poderá alcançar através de programas educativos, já em larga escala disseminados no País.

Pelo alto custo que representa a eletrificação rural, não pode ela, via de regra, ser implantada por particulares; sua positivação será facultada através de uma política cooperativista com bons exemplos em várias regiões do Estado, estabelecendo ainda o solidarismo e o espírito comunitário entre as populações agropastoris.

Não é de esquecer que a grande atração urbana que alicia aos trabalhadores rurais fica reduzida a proporções diminutas se o agricultor puder, em sua casa de campo, dispor do bem estar e do conforto de que desfruta grande parte da população urbana, criando nele a idéia da fixação do solo, buscando aí seu aprimoramento e na certeza de que sua produção terá colocação fácil e remunerada nos centros urbanos.

A Eletrificação Rural, dentro do contexto em que se expande o País, deve merecer providências de primeira linha, no intuito de se criar um país homogêneo e desenvolvido.

O Paraná deverá estar presente no desenvolvimento. Vamos dizer presente ao Presidente Médici quando se fala em valorização do homem do campo aprovando o Projeto de Lei que ora tenho a honra de apresentar à apreciação dos nobres Pares. (Lendo):

“PROJETO DE LEI N. 136-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado, junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, um fundo de natureza contábil, denominado Fundo Estadual de Eletrificação Rural, abreviadamente designado pela sigla “FEER-PR.”, destinado à extensão da energia elétrica à zona rural, assim definida no art. 16, do Decreto Federal n.º 62.724, de 17 de maio de 1968, e nos termos do disposto no inciso V, do art. 127, da Constituição Estadual.

Art. 2.º — O Fundo Estadual de Eletrificação Rural, abreviadamente designado pela sigla “FEER-PR”, reger-se-á pelas normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 3.º — Constituirão receita do Fundo:

- I — as subvenções que forem consignadas pelo Governo do Estado;
- II — as rendas de serviços prestados a terceiros;
- III — as contribuições de organismos internacionais, baseados em convênios;
- IV — as contribuições dos governos federal, estaduais e municipais e de autarquias;
- V — as contribuições voluntárias de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, inclusive de organismos internacionais;
- VI — os juros e rendas dos bens do Fundo ou provenientes de operações por ele realizadas.

Art. 4.º — As disponibilidades do Fundo serão aplicadas:

- I — na execução de obras e serviços relativos à eletrificação rural;

II — na aquisição de materiais destinados à realização de suas atividades;

III — na preparação de pessoal técnico especializado, através de realização de cursos, conferências, estágios e outros meios de comunicação e de treinamento;

IV — em trabalhos de pesquisa e investigações no campo de suas atividades;

V — no custeio total ou parcial de viagens de pessoal técnico, inclusive ao estrangeiro;

VI — na contratação de pessoal técnico ou de cientistas, nacionais e estrangeiros;

VII — na impressão ou reimpressão de trabalhos técnicos e de divulgação;

VIII — na realização de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, com o objetivo de facilitar a execução de seus trabalhos.

Art. 5.º — Fica criado um conselho administrativo, cujos membros serão nomeados pelo Governador e terá a seguinte composição:

I — o Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica, que será o seu Presidente;

II — 1 (um) representante da Secretaria de Viação e Obras Públicas;

III — 1 (um) representante do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, da Secretaria de Agricultura;

IV — 1 (um) representante do setor de planejamento do Departamento de Águas e Energia Elétrica;

§ 1.º — Os Secretários de Viação e Obras Públicas e da Agricultura e o Diretor do A.A.E.E., indicarão ao Governador os nomes dos representantes dos respectivos órgãos.

§ 2.º — O mandato dos membros do Conselho Administrativo, os quais são demissíveis “ad-nutum”, será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 3.º — Aos membros do Conselho Administrativo caberá, um “prolabore”, por sessão a que comparecerem, fixado por Decreto.

§ 4.º — O Conselho Administrativo terá um secretário, que será designado por Portaria do Diretor do DAEE.

Art. 6.º — Compete ao Conselho Administrativo do FEER-PR.:

I — administrar permanentemente o Fundo;

II — disciplinar e fiscalizar a arrecadação da receita, promovendo o seu recolhimento ao Banco do Estado do Paraná S.A.;

III — resolver sobre a forma de aplicação das disponibilidades do Fundo, bem assim como, autorizar toda e qualquer despesa que deva onerar esses recursos, observando o Regulamento;

IV — resolver sobre a aceitação ou não de contribuições particulares ou oficiais, visando à aplicação especial ou condicional;

V — contratar com entidades particulares, os serviços e obras que julgar necessárias;

VI — aprovar as propostas de gratificações ou prêmios;

VII — promover o desenvolvimento do Fundo, visando ao melhor cumprimento de suas finalidades.

Art. 7 — O Presidente do Fundo terá suas atribuições especificadas no Regulamento, o qual indicará ao Governador do Estado, para nomeação, por Decreto, o seu substituto eventual nessa função.

Art. 8 — O Presidente do Fundo poderá designar funcionários efetivos para funções no FEER.

Art. 9 — As aquisições que corram à conta dos recursos próprios do Fundo ficam subordinadas aos dispositivos legais que regem a matéria no âmbito estadual.

Art. 10 — As subvenções do Governo do Estado do Paraná, constantes dos créditos orçamentários e adicionais, serão depositadas em parcelas men-



seis até o décimo dia útil, no Banco do Estado do Paraná, em conta especial a ser movimentada pelo Superintendente do Fundo.

Art. 11 — As contribuições recebidas e as rendas próprias do Fundo, criadas por esta Lei, constarão obrigatoriamente dos orçamentos do Estado, compulsoriamente, na receita e na despesa.

§ 1.º — As importâncias referidas neste artigo serão recolhidas à medida que forem arrecadadas, ao Banco do Estado do Paraná S.A. em conta especial, e serão aplicadas na forma e nas condições estabelecidas nesta Lei.

§ 2.º — As despesas efetuadas na forma do parágrafo anterior, ficarão sujeitas à prestação de contas, nos termos das leis e regulamentos do Estado.

Art. 12 — O serviço encarregado da movimentação e controle dos recursos a que se referem os artigos 10 e 11 encaminhará, mensalmente, até o dia 10 do mês seguinte, o balancete da receita e despesa, acompanhado da respectiva documentação, à Contadoria Geral do Estado, por intermédio da Contadoria Seccional junto à Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Art. 13 — O Presidente do FEER submeterá ao Governador para sua aprovação e dentro de 90 (noventa) dias contados de sua constituição, o Regulamento do Fundo.

Art. 14 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1971.

(a) — Gilberto Carvalho.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Wilson Brandão.

O SR. WILSON BRANDAO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje visitávamos o Serviço Social da Assembléia Legislativa, face o problema agravante do doente do Interior que vem para nossa Capital e o doente também da própria Capital que, por uma questão natural, procura os Srs. Deputados e nós carregamos sobre os ombros esta grande responsabilidade de atender e fazer assistência social.

Procuramos hoje os funcionários do Serviço Social da Assembléia para saber sobre o trabalho ali feito. Hoje constatamos uma pessoa, dentro da ambulância da Assembléia, completamente queimada.

Os funcionários levaram-no aos hospitais de Curitiba e parece-me que, até o momento, essa pessoa não foi internada, não foi atendida. Acho isso um pouco grave. Eu perguntava, então, ao Serviço de Assistência Social da Assembléia como era o internamento, e eles me disseram que para internar no Hospital das Clínicas do Estado do Paraná, era preciso não se levar o doente em ambulância com chapa branca da Assembléia. Isso é muito grave, e tomei conhecimento, nesse Departamento, que existem 700 leitos vagos naquele Hospital.

Então eu faço, através de um requerimento, que peço a aprovação da Casa, um apelo ao magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, requerimento esse que expressa o nosso pensamento, e que está vazado nos seguintes termos: (Lendo):

#### “REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja dirigido apelo da Casa ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, no sentido de vir a autorizar a assistência e internamento de doentes encaminhados pela Assembléia, sempre que as possibilidades do Hospital das Clínicas o permitam.

A medida justifica-se pelo fato de que, além de super obrigada a tais atendimentos, o Serviço Social da Casa carece de meios para uma ação a al-

tura da coma de recorrentes aos mesmos, eis que provêm do interior do Estado, diariamente, doentes muitos, recomendados para socorros de urgência, patenteando-se a necessidade de internamentos prontos.

Adiante-se, a título de esclarecimento que, uma vez acolhida a sugestão por sua Excelência o senhor Magnífico Reitor, a Casa só invocará os serviços médico-hospitalares do Hospital das Clínicas através de meio de indicação oficial, fazendo o doente acompanhar-se até ali por funcionário devidamente credenciado.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1971.

(a) — **Wilson Brandão**."

Consultamos hoje Deputados desta Casa e eles nos diziam do vexame que passam ao irem ao Hospital das Clínicas e não conseguirem acesso aos seus doentes.

Acredito, é nossa idéia também, formarmos uma Comissão de Deputados para analisarmos todos esses problemas e irmos até o Diretor do Hospital das Clínicas e, se faltarem verbas federais, vamos lutar, da mesma forma também se faltarem verbas estaduais, porque não é possível um Hospital ter 700 leitos vagos quando o povo perambula pelas ruas.

Isto não é um grito de oposição, é um trabalho de reconhecimento a essas pessoas que vamos, quase que diariamente, nos corredores desta Casa. Diariamente somos assediados por doentes e, lamentavelmente, não podemos dar-lhes o atendimento necessário. Acredito que se faça uma cooperação da Mesa Executiva a este Serviço de Assistência Social da Assembléia, pois que hoje verificamos, "in loco", que caixas e mais caixas ali existem para doar remédios para os que ali os procuram. Cinco médicos diariamente dão consultas e, nem sequer ali temos uma radioscopia, e assim os médicos da Assembléia — e temos cinco — nem podem indicar o doente para esse ou aquele hospital e dizer se é gastrite, ou tuberculose, ou infecção interna ou outra coisa qualquer. Não sou médico, mas a vida é a grande mestra.

Acredito que esse trabalho nosso, dessa Comissão que poderá ser formada, vai solucionar um problema grave, a exemplo dos grandes Estados que, ordenadamente, através de seu poder político, assumem essa grande responsabilidade, porque se o grande responsável for um Deputado, é natural que assim o faça, porque o Deputado é um ídolo de seu povo. Essa tradição é antiga e velha. Aqui somos assediados, aqui encontramos o muro das lamentações e temos que resolver esses problemas. Porque não é justo que o Deputado ponha um doente numa pensão, pagando 8 contos diários pelo doente, que traz às vezes a esposa e os familiares, e ali fica 80 dias, para completar os exames na clínica, o que acho um absurdo.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nós queremos cumprimentar V. Exa. por esse pronunciamento, porque vem retratar, realmente, o grande drama que os 47 Deputados componentes desta Casa enfrentam diariamente, com os doentes de suas respectivas regiões alojados em pensões, a espera, às vezes, até do dia para fazer o exame, e depois aguardam, quem sabe, 15 dias ou 20 dias, para poderem ser internados, o que faz com que a verba pessoal dos parlamentares se esgote mais rapidamente, evitando que outros, quem sabe, pudessem ser atendidos. Um outro grande drama, ilustre Deputado, já que V. Exa. tão bem analisa o problema de saúde, que é dos mais sérios, é o aspecto ligado ao passe fornecido pela Secretaria de Trabalho. A Secretaria só está em condições de oferecer passes de trem. O trem para o norte do Paraná as vezes acaba não saindo, por falta de passageiros, mas quando sai, às segundas, quartas e sextas-feiras em Ourinhos os passageiros têm que esperar o trem que vem de São Paulo. Muitas vezes têm que pernoitar em Ourinhos e, como resultado, esses doentes vão levar 40 horas para chegar ao norte do Paraná. Então, o que ele economizou não pagando a passagem de ônibus e recebendo o passe para ir de trem, ele gasta em alimentação e com o pagamento do pernoite em Ourinhos. Nós sabemos que não é culpa do Sr. Secretário do Tra-

balho mas, quem sabe, o Diretor do DER ou o próprio Governador do Estado poderiam estudar um critério através do qual a concessão para exploração das linhas de ônibus do Paraná tivesse uma cláusula para favorecer um pouco os indigentes; por exemplo, um ônibus de 36 passageiros, poderia estabelecer pelo menos um lugar de graça e assim estaríamos aliviando essa sobrecarga que vem em cima dos Deputados.

É uma sugestão que lançamos a V. Exa., quem sabe poderá, nos contatos que vai manter com os órgãos oficiais, sugerir e dialogar com o sr. Governador do Estado e os Diretores das empresas, para que os passes sejam também fornecidos nas empresas de ônibus, que é uma viagem mais rápida e muito mais econômica.

O SR. WILSON BRANDÃO — Agradeço o aparte do Sr. Deputado Antônio Belinati.

É por esta razão que estamos abordando esse assunto, para que possamos entrar em ligação com todas as autoridades para solucionar esse grande problema. Colocamos assim as autoridades em uma situação também de participação quase que indireta, em virtude desta atuação da própria Assembléia.

Srs. Deputados, acredito que esta é a grande solução para resolvermos o problema. Se pensarmos bem vamos longe. Há poucos dias estivemos reunidos com o Secretário de Saúde e nessa ocasião demos nossa opinião de que o certo seriam Hospitais Regionais, principalmente nas sedes de Universidades, como Ponta Grossa, Londrina e Maringá. Creio que desta maneira os doentes teriam uma solução mais humana em seu tratamento. Esta é uma idéia, aliás idéias temos muitas, como todos os Srs. Deputados que têm o mesmo problema.

Por enquanto o paliativo para o mal social é este Departamento que nos pertence, que pertence à Assembléia, que é o órgão de Assistência da Casa. É verdade que precisa de mais ambulâncias para transportar os doentes do Interior para a Capital. Com esta medida talvez possamos trazer à Casa Legislativa do Estado aquela tranquilidade. A nossa Assembléia é um verdadeiro hospital, pois vemos doentes correndo por todos os lados.

Acredito que esta Assistência Social da Casa funcionando como deverá funcionar, e é pensamento da Mesa e dos Srs. Deputados, será solucionado um grande problema.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O ilustre Deputado Fuad Nacli deu uma sugestão, a qual S. Exa. poderá fazer pessoalmente.

Recebemos, a pouco, um casal com duas crianças, de Ibioporã. O Prefeito deu passe para que esse casal viesse a Curitiba e aqui deveria o mesmo arranjar passe para ir a uma cidade perto de Sorocaba. Ele deveria ter mandado diretamente. Por que mandar primeiro a Curitiba, sem dinheiro, sem ter o que comer, para daqui arranjar um passe para ir para lá. Não está certo isso, pois esses indigentes são desprotegidos em Curitiba e muitos ficam até desorientados.

O SR. WILSON BRANDÃO — Tem o aparte o Sr. Deputado Fuad Nacli.

O Sr. Fuad Nacli — Estamos ouvindo o seu pronunciamento a respeito da Assistência Social, que é um dos problemas que mais aflige o Estado e também os Srs. Deputados que representam o povo de seus Municípios.

Era nossa intenção apartear-lo no fim de seu discurso, mas como V. Exa. nos concede esta oportunidade, vamos dar nosso aparte a respeito do que ouvimos até agora.

Com relação ao Hospital de Clínicas que é mantido pelo Governo Federal e não pelo Governo Estadual, temos a dizer que é de nosso conhecimento que há leitos de sobra; o problema é de recurso, é de dinheiro para a manutenção daquele Hospital.

Nós sabemos que já houve assim, já no Governo passado e nesta Assem.

bléia, pronunciamentos de diversos Srs. Deputados, para que pudessem atender não os Srs. Deputados, não a Assembléia, mas sim os que demandam ao nosso Estado. A Assembléia erradamente, ou acertadamente, criou o seu Serviço de Assistência Social; a responsabilidade desse serviço veio a Assembléia, e nós os Deputados, procurando atender dentro do possível, dentro da sua faixa, recebemos todos os dias, como V. Exa. bem vê, reivindicações nesse sentido. O que eu acho importante é que deveria haver, e isso eu já solicitei por duas ou três vezes, uma reunião da Bancada com a Executiva, para uma exposição do que realmente existe. Nós temos passado por diversos vexames — há pouco tempo um cidadão que estava há mais de quatro dias na câmara fria, não era removido por falta de ambulância; ainda ontem, uma senhora que já estava desenganada há mais de uma semana, eu não a visitei “in loco” — houve então o pedido para que ela fosse transportada para o Município de Goioere — não é do meu conhecimento que ela para cá tivesse vindo indicada por meu intermediário — e o Diretor do hospital onde ela se encontrava internada tornou a chamar pelo telefone telefonou a esta Casa e disto hoje tomei conhecimento, que, se não fosse de lá retirada até às 4.00 horas da tarde, seria chamado o Canal 4 de Televisão para televisá-la e ser divulgado o abandono em que se encontrava há mais de uma semana.

Então nós vemos hoje, nobre Deputado, carros do mais alto luxo a serviço da Presidência, ambulâncias entregues à Assistência Social do Estado, por que falarmos só no Governo Federal? Veja V. Exa. que não somos oposição nesta Casa, mas, por que não falarmos também no atendimento dos hospitais particulares, principalmente nos do Interior do Estado? Por que não fazermos uma reunião da Bancada com a Executiva para encontrarmos a solução ideal? Nós queremos dizer aqui neste aparte e, se necessário for, pediremos outros apartes, que achamos que é muito importante isto, não a mim, mas a todos os Deputados.

Eu tive oportunidade, há um mês atrás, de ficar quase dois dias telefonando da minha casa, a fim de descobrir dois acidentes na BR 272. Um deles era um caminhão que transportava uma viagem de milho, de Paranavaí, e ninguém sabia de onde era esse cidadão. Ele ficou mais de uma semana na câmara fria e foram precisos mais três dias para ser conseguida uma ambulância. Não temos condições nem de transportarmos defuntos, quanto mais indigentes!

O SR. WILSON BRANDÃO — Por esta razão é que o nosso pensamento é de formarmos uma reunião com a Executiva, a fim de solucionarmos esse problema.

Ontem mesmo recebemos aqui nesta Casa, um casal de doentes portadores daquela doença vulgarmente denominada “bariga d’água”. Pois bem. Ele está aqui há já algumas semanas, na Capital, e sem condições inclusive de concluir o exame de laboratório. Eu acredito que, se lá mesmo na região ele se fixasse, esse doente, através da Santa Casa de Misericórdia, que recebe um auxílio do Fundo Rural para atender não só Maringá mas toda a região, Londrina, Querência, Campo do Mourão, Engenheiro Beltrão e outros Municípios, pois a Santa Casa de Misericórdia recebe 40 milhões mensais do Fundo Rural e este é um caso que ela deveria, tinha por obrigação atender, assim como outros casos; então o nosso ônus, a nossa responsabilidade é muito grande, porque fica a pessoa aqui por semanas, mais de um mês, e é o caso de se o marido é doente a esposa também o é porque então foi afetada; o filho por consequência também o é, o pai do doente já o foi e assim por diante; eu acredito que o problema é muito sério e grave, e que poderia ser resolvido já no interior.

O problema é muito grande, iríamos aqui discutir muito tempo, mas quando os problemas são grandes a discussão, deve ela existir, mas equacioná-los através de uma comissão; depois vamos também aos órgãos fede-

rais para resolver o problema da verba do Hospital de Clínicas, porque não é possível que 700 leitos estejam desocupados sem que existam doentes. E a Assembléa hoje está aí, sem condições de internar um doente naquêlê hospital.

Acredite, nobre deputado Fuad Nacli, que se o Presidente da Casa tem um carro nôvo, eu estimo muito V. Exa., mas quero dizer a V. Exa. que, se o Presidente tem um carro de alto nível, é porque se trata de um Presidente do Poder Legislativo, que é o segundo Poder do Estado. Se fôsse V. Exa. o Presidente da Casa, ou qualquer um outro Sr. Deputado, mereceria de nós também este apoio, de ter um carro de alto gabarito para que possa representar este Poder.

Acho que V. Exa. emocionalmente trouxe o problema à baila, um assunto que aliás não me dizia respeito, porque o nosso problema era realmente um pouco mais sério. Mas quero dizer a V. Exa. que eu, como Deputado, posso ter um carro de alto gabarito, mas também posso ter um de menos gabarito. Mas é evidente que, na condição de Presidente, eu deveria ter um carro de alto gabarito. Porque a, nobre Deputado, não é privilégio do Poder, é a condição que o próprio Poder Legislativo da aquêlê que occupa a Presidência desta Casa.

Afinal de contas, se ele vai receber uma autoridade, digamos o Presidente da República, ou uma outra qualquer, naturalmente que ele vai receber esta autoridade na condição de representante do Poder Legislativo. Porquê hoje, como disse, o Presidente é o Deputado Wilson Fortes quem recebe determinada personalidade, mas amanhã qualquer um outro Deputado nas mesmas condições, terá o privilégio de receber um veículo de alto gabarito.

O Sr. Fuad Nacli. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Realmente, nobre Deputado, nós não queríamos aqui trazer o problema à baila, mas já que V. Exa. está dizendo da Tribuna, o que queremos dizer é que a Presidência desfruta de um carro de alto gabarito, na realidade, nobre Deputado; nós sabemos e entendemos que a representação desta Casa, como qualquer outro Poder, deve ter condições para bem representar a Presidência seja ela na pessoa do Deputado Wilson Fortes ou de qualquer outro Deputado. Mas o que queremos dizer, nobre deputado, é que temos aqui três ou quatro ambulâncias, todas a disposição da Assistência Social, certo? Mas o que queremos dizer, é que seria muito mais importante o atendimento destas ambulâncias aos 47 deputados indistintamente, que todos os dias recebem gente do Interior, já que existe um carro de luxo à disposição da Presidência da Casa, porque no nosso ponto de vista, não seria adquirir uma ambulância para dar atendimento a estes casos de emergência.

Porque há dias, quando em nossa residência recebemos um telefonema, pedindo que providenciasse uma ambulância para um atendimento imediato, recorremos ao Sr. 1.º Secretário da Casa, e não achamos sequer uma ambulância à nossa disposição para atender a um cidadão que havia falecido em decorrência de um acidente.

V. Exa. vem à Tribuna e nós nos sentamos ao lado do nobre Deputado Antônio Belinati aguardando este aparte que V. Exa. nos cedeu tão gentilmente. Se V. Exa. quiser vamos mais profundamente analisar não só este problema como os demais problemas desta Casa. O que nós queremos é atender indistintamente a todos nesta Casa. Não estamos aqui para defender quem quer que seja em nosso benefício, absolutamente, Sr. Deputado.

O SR. WILSON BRANDÃO — Agradeço o aparte do nobre Deputado Fuad Nacli, nas suas palavras. Eu também estou de acôrdo com V. Exa., de termos mais umas duas Kombis a serviço da Assistência Social. Estou de acôrdo com V. Exa., e aliás, este é um pedido que tenho para formular à Mesa da Casa. É necessário, e nós não podemos deixar, nobre Deputado Fuad Nacli, deixar passar, porque nós queríamos ocupar a Tribuna quando ti.

vemos este aparte honroso de V. Exa., tínhamos de debater para que V. Exa. pudesse externar, como Deputado brilhante que é, já que não é o primeiro legislador a reclamar esta necessidade, e que vem trazer os esclarecimentos necessários a nossa pessoa e à Casa, mas vou conceder o aparte ao nobre Deputado Nivaldo Krüger.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador). Já que V. Exa. aborda este assunto, é necessário que seja analisado com muita seriedade e responsabilidade, porque o prestígio da nossa Casa está em jogo e muito deteriorado. As informações que foram dadas são de que muitos doentes foram tocados como quem toca animais, da Santa Casa. Isto coloca não só o Deputado que os enviou mas a Assembléia Legislativa numa situação deprimente, humilhante, colocando o nosso Poder em face a esses órgãos, numa situação indesejável, já que V. Exa. está tocando neste assunto, eu queria tocar também neste ponto desagradável, deplorável, mas que tem ocorrido e certamente alguma providência será tomada pelos responsáveis. Era isto que queria dizer a V. Exa.

O SR. WILSON BRANDAO — Deputado Nivaldo Krüger, eu confesso que todos os doentes que tenho mandado ao Hospital das Clínicas têm sido bem acolhidos. Mas não posso analisar só os casos de minha pessoa, mas acredito que quanto aos doentes o deputado as vezes, pela sua maneira de agir e na sua luta diária, ele não pode estar mandando ou mesmo levando o doente ao Hospital das Clínicas, pernoitando às vezes ali. Tenho internado os doentes de minha região, mas acredito que isto não acontece com todos os Srs. Deputados que, com seu trabalho e luta diária, não têm condições de estar à disposição de uma completa assistência social. E nem é este o papel do Deputado. Nosso papel é legislar, é vir aqui com a cabeça fria, sem o drama de ver nos corredores uma criança que extraiu o olho, sem ver o drama de um homem sem perna e que temos que internar, naquela maneira que é nossa, de brasileiros, de latinos que somos, nessa obrigação para com a sociedade, para com Deus.

As vezes temos que discutir problemas de alta importância, requerimentos dos Deputados dirigidos às autoridades do País, que poderíamos ouvir atentamente, mas já chegamos cabisbaixos por ver esta situação triste que se passa nos corredores da Assembléia Legislativa. Isto tranca o próprio bom serviço da Assembléia. As vezes vêm Prefeitos falar com os Deputados e temos quatro ou cinco indigentes sentados nas cadeiras do gabinete, sem que possamos solucionar seus problemas: Nós somos humanos e nos chocamos. Mas acredito que eles tendo lugar para serem atendidos e levados ao Hospital, será uma grande solução para nós e para os doentes. Isto não quer dizer que não participemos, que nos omitamos na prática da assistência social. É apenas um critério razoável que queremos e fazemos votos que assim seja nesta Casa.

Aqui estamos para pedir a constituição de uma Comissão de Deputados para que estude este problema. É um problema grave e que vai se agravando cada vez mais. Para que os senhores tenham uma noção, os funcionários do Serviço de Assistência Social da Assembléia não são recebidos no Hospital das Clínicas, porque sabem que são de um órgão político. Mas não têm nada a ver com o Governo do Estado e não têm verba federal. Então são obrigados a pedir em nome de uma outra pessoa, não de Deputado, nem de Governo do Estado, para que aquele doente seja ali internado, pelo amor de Deus. Esta é a realidade.

Tomamos nota e verificamos que de 10 mil a 12 mil pessoas são atendidas por ano pelo Serviço de Assistência da Assembléia. Quantas pessoas foram socorridas, deixaram de cair na lama e estão aí curadas!

Este é o grande serviço nosso e nós, Deputados, vamos resolver este problema porque, quando alguém vem para ser internado, vem diretamente a nós. São mandados por Presidentes de Partido, por Prefeitos, por amigos

que enviam os doentes para a Capital e temos que solucionar o problema. A nossa cruz é pesada, e carregar mais cinco, dez, quinze, ninguém suporta. Então, vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares. É um critério racional para nós, Deputados, estudarmos esse problema. E esta Comissão era para analisar e, justamente, ver a solução, o que deveremos fazer para que o Hospital das Clínicas tivesse condições de receber, de participar, na vida assistencial de nosso Estado. E que não ocorra mais um caso, um fato, como o de hoje, que ainda está na ambulância uma pessoa queimada e que não foi assistida pelo hospital especializado nesse caso, o Hospital Evangélico. Que isto não ocorra mais. Porque o elemento é desprotegido pela sorte, mas eles tinham a Santa Casa do Interior, os hospitais do interior, que participam, que recebem o FUNRURAL. Mas, eles vêm para a Capital, e aquela doença que poderia ali ser eliminada, não há o comportamento certo. Não se comportam devidamente. Então, deixam que uma ambulância da Prefeitura os traga para cá e o abacaxi vem para o Deputado resolver. Isto é o que acontece. (Assume a Presidência o Sr. Deputado Ivo Tomazoni).

Concedo aparte ao Deputado Presidente, Wilson Fortes.

O Sr. Wilson Fortes. — Nobre Deputado, nós estamos observando com bastante cuidado o pronunciamento de V. Exa. e queremos, não só como Deputado, mas também como Presidente da Casa, dizer a V. Exa. que endossamos suas palavras quando V. Exa. diz que o Deputado foi eleito por uma parcela do povo paranaense para vir a esta Casa legislar, lutar por reivindicações dos Municípios que representa, indo de encontro às aspirações mais puras do povo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — nós achamos — é a única Assembléia que mantém um serviço dêsses. E isto vem ofuscar o brilho da Casa de Leis do Paraná. Nós deveríamos somar aqui nossos esforços e a nossa luta nesta Casa de Leis, e dotarmos as instituições do interior, dotarmos as Santas Casas do Interior de verbas, inclusive a Secretaria de Trabalho e Assistência Social, para que essa Secretaria tenha mais condições de atendimento. E que esses elementos que vêm do interior, elementos sofridos, e que, realmente, vêm em busca de um pouco mais de calor, em busca de cuidados médicos. Mas que esse serviço fosse triado pela Casa e não atendido diretamente pelos Srs. Deputados, como ocorre atualmente.

Hoje mesmo, cheguei às nove horas a esta Casa, e para conseguir entrar no elevador tive que pedir licença; havia uma dezena de pessoas, uma mulher sem perna, outra com um olho vazado. E nós achamos que o objetivo da Assembléia Legislativa do Estado não é esse. O trabalho dos Srs. Deputados difere muito da realidade. Está distorcida a função do legislador paranaense.

Nós não somos, absolutamente, contra que se dê um tratamento especial ao indigente que vêm à Capital do Estado, como os leprosos caminhavam para a grande Meca em busca das soluções de seus problemas de enfermidade. Curitiba é uma cidade que, realmente, tem condições de atendimento a esses doentes que a procuram, tanto do Paraná como de Santa Catarina e do Interior de São Paulo também.

Mas nós devemos, num trabalho cuidadoso, procurar dotar as instituições de caridade de verbas melhores, como o Hospital das Clínicas, a Santa Casa, o Hospital Evangélico. E lutarmos para que as verbas, o orçamento da Secretaria de Trabalho e Assistência Social, e eu que já fui Secretário, sei que a responsabilidade dessa Secretaria é muito grande, mas as condições para atender seus reais objetivos são mínimos. Este deveria ser um trabalho conjugado de todos os Srs. Deputados.

E a minha opinião como Presidente e como Deputado é que devemos extinguir, efetivamente, o Serviço de Assistência Social da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Quanto ao aparte do nobre Deputado Fuad Nacli que diz respeito a um pedido de informações. V. Exa. permite — queremos dizer que todos os pedidos de informações que chegaram à Presidência receberam, imediatamente, seu atendimento, e estão em tramitação pela Casa. Mas o Deputado que viv aqui conosco há tanto tempo, que tem condições de diálogo com a Comissão Executiva, deveria ir diretamente nos procurar, procurar a Comissão Executiva, ou procurar o Departamento competente para saber as informações que desejasse. Não haveria necessidade sequer de um pedido de informações.

Quanto à ambulância que se encontra emprestada à Secretaria do Trabalho, realmente, a Executiva concedeu através de pedido de seu Presidente, porque a Secretaria de Trabalho tem o mesmo objetivo que hoje tem a Assembléia: dar assistência aos enfermos do Interior do Estado; se ele está sendo transportado para o Interior, pela Secretaria do Trabalho ou pela Assembléia Legislativa, o objetivo é o mesmo. Acho que são todos paranaenses, se não de nascimento, vivem no Paraná, labutam aqui e merecem nosso atendimento e carinho. A Secretaria do Trabalho também é do Estado do Paraná e nos ouvimos por bem acatar o pedido do Sr. Secretário do Trabalho, porque não havia sequer uma ambulância funcionando naquela Secretaria. Então resolvemos ceder, por algum tempo, por empréstimo, uma ambulância que está lá hoje quebrada e pedimos que nos fosse devolvida e que a própria Assembléia fizesse a recuperação. Mas finalizando este aparte que com muito orgulho ofereço a V. Exa., quero dizer que estamos estudando a melhor maneira possível para equacionar esse problema e, na época oportuna a Comissão Executiva solicitará uma reunião da Bancada para que, nessa reunião, seja discutida e encontrada, se possível, uma solução mais objetiva e racional para esse problema, que realmente vem afligindo tanto os Parlamentares, como nós que dirigimos esta Casa, e que só procuramos elevar o nome da Casa de Leis do Paraná.

O SR. WILSON BRANDÃO — Agradeço o aparte.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que só faltam dois minutos para V. Exa. terminar sua oração.

O SR. WILSON BRANDÃO — Obrigado. Faço um apelo ao Presidente da Casa que trabalhe conosco. A Assembléia tem suas tradições, que é atender o seu povo, humilde e trabalhador, e nós continuaremos atendendo.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Só para sugerir que essa reunião a ser convocada, seja das duas Bancadas.

O Sr. Wilson Fortes — Foi um lapso de minha parte. Uma Reunião com os Deputados das duas Bancadas.

O SR. WILSON BRANDÃO — Obrigado. Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 47 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes constante do Expediente. Necessita de apoio. Apeado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna. Necessita de apoio. Apeado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.



3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193.70, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Mandaguari, com jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27.71, de autoria do Dep. Cândido Martins de Oliveira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência aos Psicopatas do Paraná, Entidade Mantenedora da Escola Mercedes Stresser. — Parecer favorável da C.C.J. com Substitutivo. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 75.71, de autoria dos Depts. Cândido Martins de Oliveira e Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo permutar com o Município de Itapejara D'Oeste, o lote de terreno que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 314.70, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que denomina "Hospital Infantil Dr. Antonio Fontes" o atual Hospital Infantil da Cidade de Paranaguá. Pareceres favoráveis da C. C. J. e C S P. — Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73.71, de autoria do Dep. Mariano Baraniuk, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 137.71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná — (FUNDENORPA). Parecer favorável da C.C.J. — EM RE-  
GIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182.70, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, cria uma Circunscrição de Trânsito com sede na Lapa, com jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.P. e C.F., com SUBSTITUTIVO da C.C.J. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 182.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica criada, na sede do Município da Lapa, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição, além do município sede nos de Coitenda, Quitandinha, Campo do Tenente, Rio Negro, Antônio Olinto e São Mateus do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1970.

a) **Leopoldo Jacomet**

**JUSTIFICACÃO:** — A medida consubstanciada neste plano de lei, constitui justa reivindicação da comunidade lapaense, que, assim, não mais se verá na contingência de ter que se defrontar com uma série de dificuldades e mesmo prejuízos de ordem financeira, como ocorre presentemente, para poder cumprir com suas obrigações relativamente ao serviço de trânsito. Daí esperarmos mereça este nosso projeto o acolhimento e a aprovação da Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 182.70

**AUTOR:** — Dep. Leopoldo Jacomet

**SÚMULA:** — "Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município da Lapa, uma Circunscrição de Trânsito, na forma que especifica."

**PARECER**

1.) — O projeto ora em exame vem articulado e justificado, na forma preconizada pelo Regimento Interno.

2.) — Referido plano de lei não fere preceito de ordem legal, todavia, nos termos em que foi apresentado, fere o texto constitucional. Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

3.) — Nestas condições, desde que atendido o substitutivo anexo para corrigir sua inconstitucionalidade, somos pela aprovação da proposição em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1971

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

**Igo Lasso** — Relator

**Odilon Reinhardt** — **Emílio Carazzai** — **Acyr José** — **Gilberto Carvalho**

**Sebastião Rodrigues Júnior** — **Cândido Manoel Martins de Oliveira**

**PROJETO DE LEI N.º 182.70**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município da Lapa, uma Circunscrição de Trânsito com jurisdição, além do município sede, nos de Contenda, Quitandinha, Campo do Tenente, Rio Negro, Antônio Olinto e São Mateus do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

**Igo Lasso** — Relator

**COMISSÃO DE POLÍCIA**

**PROJETO DE LEI N.º 182.70**

**AUTOR:** — Dep. Leopoldo Jacomet

**PARECER**

Na forma original além de infringir dispositivo constitucional, fere também pelo aumento de despesa princípios de ordem financeira.

O substitutivo apresentado pela Comissão de Justiça apresenta-se, pela sua forma meramente autorizativa, em condições de ser aprovado.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1971.

aa) **Paulo Poli** — Presidente

**Santos Lima** — Relator

**Alvaro Dias**

**Aguinaldo Pereira Lima**

**Santos Lima**

**PROJETO DE LEI N.º 182.70**

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**PARECER**

**AUTOR:** — Dep. Leopoldo Jacomet

**SÚMULA:** — "Autoriza a criação de circunscrição de trânsito, no Município da Lapa.

O presente projeto de lei obteve anuência da douta Comissão de Constituição e Justiça, na forma do substitutivo proposto e mereceu parecer favorável, no mérito, da douta Comissão de Polícia.

A prevalecer o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, que acolhemos nesta especializada, o projeto não implica, de imediato, em ônus para o Estado, eis que se trata de mera autorização legislativa. Na ocasião em que o Executivo se utilizar dessa faculdade, aí sim, haverá a incidência de matéria financeira a abordar, mas já na esfera do Poder Executivo.

Por essa razão, opino pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões,

aa) Leopoldo Jacomel

Fuad Nacfi — Relator

Maurício Fruet

Paulo Poli

Santos Lima

Gabriel Manoel

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento do autor do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olavo Batista Guimarães. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão lido da Tribuna, solicitando seja dirigido apêlo ao Reitor da Universidade Federal do Paraná, no sentido de vir autorizar assistência e internamento de doentes encaminhados pela Assembléia, sempre que as possibilidades do Hospital de Clínicas o permitirem. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado arêlo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de aceitar as ponderações do Arcebispo de Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo magnífico trabalho que vem sendo executado ao Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de ser recapado o frecho da estrada Londrina — Jataizinho e conservação de seu acostamento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem, no sentido de ser incluído no Plano Rodoviário do Estado, a ligação astáltica Jaguapitã — Colorado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do Artigo "Aquêle Gesto Libertário dos Paranaguenses" publicado no jornal "Diário do Paraná" de 16.9.71. — **Aprovado.** (O artigo a ser publicado acha-se transcrito no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos relacionados à Administração, junto ao DETRAN. — Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão, para a próxima sessão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Pela ordem).

Eu consultaria a Presidência, se esse requerimento poderia ser discutido na sessão de segunda-feira, ou se obrigatoriamente êle deve ser discutido na sessão de amanhã. Caso afirmativo, requeiro adiamento por duas sessões.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere o requerimento de V. Exa. e só colocará em votação segunda-feira, mas solicita do nobre Deputado a complementação do requerimento, em que falta o número de membros e o prazo, na forma regimental.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Agricultura, sobre excedentes bovinos. **Rejeitado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã dia 17, sexta-feira as 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei N.os 53.70 — 93.70 — 143.70 — 245.70 — 271.70 — 7.71 — 17.71 — 55.71 — 56.71.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA PELA CASA EM 16 DE SETEMBRO DE 1971, A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NELSON BUFFARA

“AQUELE GESTO LIBERATÓRIO DOS PARANAGUENSES”

Valfrido Piloto

(Da Academia Paranaense de Letras)

Francisco Dias Negrão, afeito a não esquecer os bons apontamentos históricos, fôsem os, da sua paciência ou os extravasados de outras dedicações, obteve uma bela vantagem sobre Ermelino de Leão, ao transcrever a notícia de Antônio Vieira dos Santos sobre a Conjura Separatista de 1821. Aquê-  
te evento aconteceu através do jornal “A Tribuna”, desta Capital, a 27 de junho de 1916, e foi no segundo dos quatro artigos com que alimentou a “polêmica amistosa” entretida com o seu amigo muito do coração, em torno à carta de d. Córdula Rodrigues França, divulgada por Romário Martins.

O “Pai da História Paranaense” primou, afinal, no registro, e tinha-se revestido das possíveis minúndências o acontecimento. Não atendidas as sú-  
plicas de 1811, os infelizes paranaguenses não mais se dirigiram à surda e desapiadada metrópole. O tratamento que esta como expressão do sentimento colonialista luso dedicava para com os brasileiros foi sempre o da mais absoluta desigualdade. Um “Tratado de Igualdade” seria, naqueles tempos, rejeitado por Portugal com a mesma ferocidade com que negava tudo à sua espoliada colônia. Seria tão abominado pelos lusitanos quanto ainda hoje opõem negativas às populações que, na África, eles conservam sob seu uso e gozo exclusivo.

Na oportunidade de 1821, outra seria a tática: Vieira dos Santos concebeu página de uso total, quando se esforçou por deixar tudo contado. Isso também porque não ocultou a sua simpatia de português bem servido de brasilidade, face aos abomináveis processos do colonialismo lusitano. Não nos cabe, nem seria de bom historiar, tomar-lhe a palavra, desde que os seus tro-  
pos contagiam pela sinceridade e pelos nítidos contornos de um vero flagra-  
nte. “Assentarão portanto alguns cidadãos mais entusiastas, — vai ele gra-  
fando prosaica mas honestamente, — de fazerem este mesmo pronunciamen-  
to no dia 15 de julho de 1821 designado ao Solene Juramento das Bases da  
Nova Constituição, dadas pelas Côrtes de Lisboa, logo depois que o mesmo  
fôsse prestado, mas, não havia hum cidadão desembaraçado, enérgico, aman-  
te de seu paiz, e com a necessária intrepidez de um heroe, que a isto se  
animasse, lançaram pois as vistas no patriótico Paranaense, Floriano Ben-  
to Vianna, então 1.º sargento da 4.ª Companhia do Regimento de Milícia, e ora  
Capitão da mesma guarda, condecorado com o habito da Impedial Ordem da  
Rosa”.

O registro era feito em 1850, no tópico n.º 1038 da “Memoria Histórica  
Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e do seu  
Município”. Esta obra hoje a temos — embora raridade bibliográfica —  
publicada, desde 1922, pela Prefeitura Municipal daquela cidade, mas, em  
1916 apenas Negrão a copiará à mão, sob a febre e a calma do seu bene-  
dito desvelo. Por isso podia continuar na divulgação. “Para este fim, —  
era das notas de Vieira dos Santos — na véspera daquele dia os cidadãos —

Sargento-mór de ordenanças Francisco Gonçalves da Rocha; e o capitão Ignácio Lustoza de Andrade; ambos foram procurá-lo a sua casa, e lhe expuzeram os grandes vexames que estavam soffrendo, com as arbitrariedades e despotismos praticados pelos commandantes militares daquella Villa, e de outras Auctoridades, por falta de pronto recurso que havia ao Governo da Provincia na distancia de mais de 110 leguas; e que alem disso caminhavam diariamente para a mesma Capital muitos recrutamentos, longe de sua Pátria e familias, ficando estas em tristeza e miseria quando lhes era arrancado hum filho para estas conscripções; que muitas vezes era aquelle o unico que lhes servia de amparo; e alem de tudo grandes sommas de capitaes, desta Comarca seguião para o Deposito da Junta da Fazenda, annualmente ficando esgotada a mesma Comarca de moeda girável; e outras muitas razões ponderosas, e justificáveis”.

Era a situação geral, o comum martirologico com que a falta de descortino da politica imperialista lusitana sevia os seus colonizados. Aliás, um sistema de outrora e de hoje, pois ninguém ignora, — e muito se tem protestado na ONU, — ainda subsiste nas possessões portuguezas da Africa, onde milhões de semi e até autênticos escravos, são conservados sem igualdade para com a cidadania de além-mar, e, sim, na classe do “indigenato”, — maneira astuta, criminosa, de manter os naturais como propriedade do Estado ou de sobas de mercantilismo apoiado na servidão humana. Curtiam, naqueles idos, os paranaguenses, como todos os brasileiros, as belezas de tais inveterados processos, e queriam, como sempre aspiraram as nossas populações do passado, libertar-se da prepotência dos seus donos.

Dai haverem os dois cidadãos citados ido em busca do destemor de Bento Viana. “Afinal se declararão dizendo-lhe, — prossegue Vieira dos Santos, — Si voce quisesse dar o Brado de separação nós todos dentro da Comarca o apoiariamos e ficavamos assim desmembrados de S. Paulo. Respondeu a esta proposição o heroico cidadão: — Conheço demais o que me expõem, e se em mim está o bem de minha Pátria, amanhã as horas competentes, darei o Brado de convite para nossa separação de S. Paulo; comtanto que me não enganem”.

O “Pai da História Paranaense” destaca nessa altura, o fato “No solemne dia 15 de Julho estando o Batalhão da Guarda Nacional postado em frente do Paço da Camara, e muito Povo, chegado que fôsse a ocasião de prestar o juramento das bases perante a Camara; foram chamados a sala do Conselho o Chêfe do Batalhão e toda a mais officialidade e prestando seus juramentos volverão, a seus respectivos postos; depois chegando as Sacadas da Sala o Juiz de Fôra o Dr. Antonio de Azevedo Mello e Carvalho; e os mais membros da Camara com o seu Real Estandarte” — proferido pelo Juiz de Fôra, em alta voz a formula do Juramento, à tropa e povo; os quaes uniformemente responderão — Assim o Juramento — seguirão os Vivas a Religião. Constituição e a El-Rei D. João VI”.

Consumara-se, por esse modo, mais um daqueles atos de puro convencionalismo, sob os guantes de ordens e praxes vindas de longe, e que, numa seqüência irreversível, também bocejante embora tirânica, nenhum benefício representavam para as desatendidas e exploradas populações brasileiras. Mas Vieira dos Santos deseja narrar tudo: “Logo em seguida o mesmo Cidadão Paranaense, Floriano Bento Vianna, dando um passo a frente do mesmo Batalhão dirigio em alta voz a Camara este Requerimento — “Ilustrissimos Senhores, temos concluido com o nosso Juramento de fidelidade, agora que remos que se nomeie hum governo Provisorio para que nos Governe, em separado da Provincia; tornam-se os nossos recursos morosos e cheios de desespero e que de tudo dê-se parte à Sua Magestade”.

Amargo e puro sonho, como veremos, pois surgiram as barragens do maioral da carranca official, por vêzes esperta, muitas outras envoltas de eufemismos.